



INTRODUÇÃO

O processo de orçamentação anual oferece uma oportunidade única e valiosa para avaliar como o Governo distribui as prioridades nacionais pelos diferentes sectores.

Este informe apresenta uma breve análise das orientações contidas no Orçamento do Estado (OE) para o exercício económico de 2010, com especial foco nos chamados Sectores Prioritários:

- Saúde;
- Educação;
- Infra-estruturas (que inclui Obras Públicas, Estradas e Água & Saneamento);
- Agricultura e Desenvolvimento Rural;
- Boa Governação; e
- Acção Social \ Emprego.

Estes sectores são chamados de prioritários por serem aqueles que mais afectam a vida grupos vulneráveis, em particular as crianças e mulheres.

No entanto, fazemos notar que esta classificação de “sectores prioritários” é uma classificação extra orçamental, isto é, não está associada a um classificador orçamental específico de sector.

Assim, o cálculo de total por sector, ou total de sectores prioritários, é efectuado extra contabilisticamente usando o classificador orgânico (administrativo ou institucional). Os valores são assim obtidos através da soma das instituições que se julgam fazer parte de determinado sector.

ALOCAÇÕES ORÇAMENTAIS GERAIS EM SECTORES PRIORITÁRIOS

Abaixo se apresenta a despesa total e por sectores (excluindo os encargos da dívida e as operações financeiras) em 2009 (dados do Relatório de Execução Orçamental de 2009) e em 2010 (dados do Orçamento de Estado 2010 calculados pela Direcção Nacional de Orçamento).

Verifica-se que os valores alocados a estes sectores (na globalidade e individualmente por sector) aumentaram de 2009 para 2010 (Figura 1).

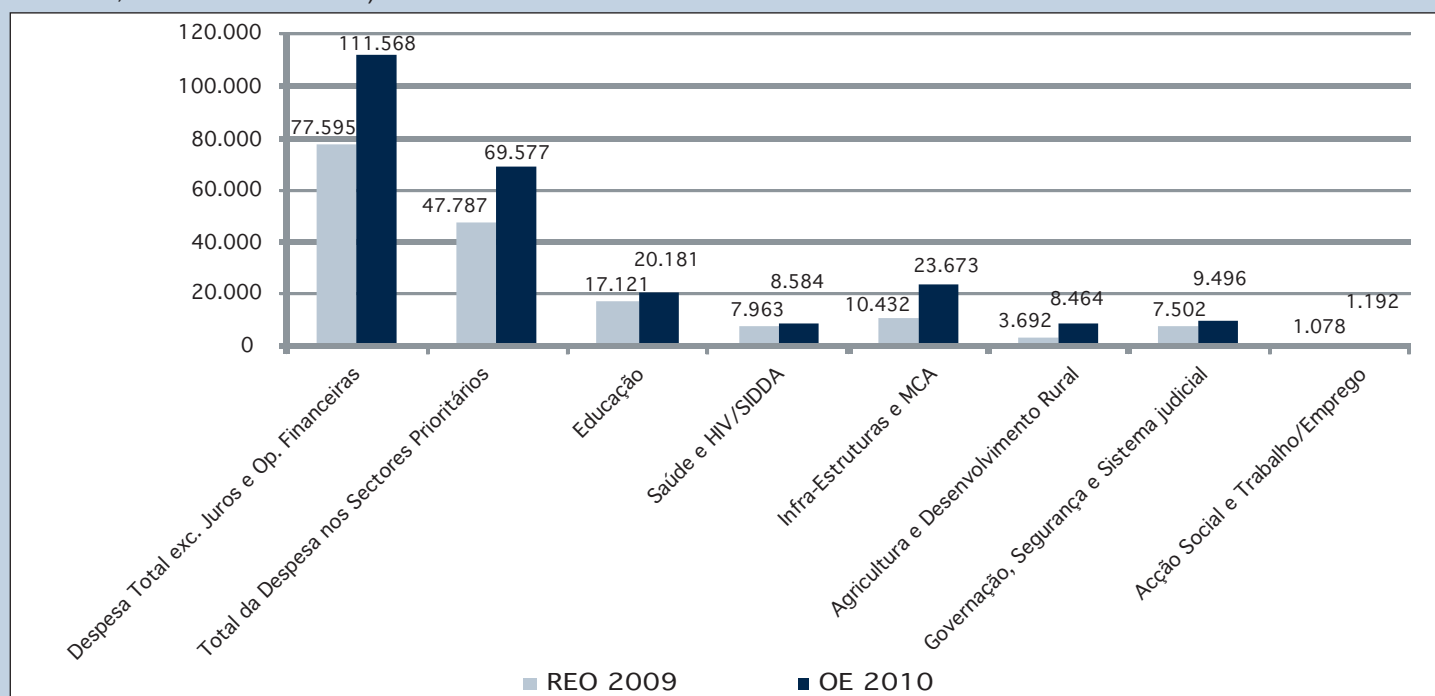
MENSAGENS CHAVE

- **A alocação para os sectores sociais/sectores prioritários é de difícil compreensão:** É muito difícil compreender no OE qual é o montante alocado para os “Sectores Prioritários”, nomeadamente Saúde, Educação, Infra-estruturas, Agricultura e Desenvolvimento Rural, Governação e “Outras” áreas-chave (Acção Social, Trabalho e Emprego e Energia e Recursos Minerais).
- **Para agregar os valores alocados nestes sectores,** é necessário percorrer várias dezenas de páginas no Documento de Fundamentação da Proposta de OE e seus mapas anexos. Para além disso, verifica-se a existência de informação contraditória entre o Documento de Fundamentação e a Proposta de OE e a Lei de Orçamento de Estado aprovada.
- **Para todos os efeitos neste informe foi utilizada a informação disponibilizada pela Direcção Nacional de Orçamento do Ministério das Finanças.** É importante que uma tabela resumo da alocação por Sector/Instituição Prioritária (tal como habitualmente é incluída nos REOs) seja incluída na documentação do OE. Esta tabela também poderia estabelecer uma comparação dos valores orçamentais dos anos passados. O modelo seguinte pode ser usado para facilitar ao leitor para melhor entendimento do Orçamento.

Dentro dessa classificação, o OE 2010 indica que o Governo privilegiou alocações para os seguintes sectores em 2010:

- Educação (com um peso em relação á despesa total de 18.1 por cento - apesar de um decréscimo em relação ao peso observado em 2009);
- Infra-estruturas (com um peso em relação a despesa total de 19.4 por cento e registando um crescimento significativo em relação a 2009); e
- Saúde (com um peso em relação a despesa total de 7.2 por cento - apesar de um decréscimo em relação a 2009). (figura 2)

Figura 1: Despesa Total, Despesa Total nos Sectores Prioritários e Despesa por Sector – 2009 e 2010 (valores nominais, milhões de metcais)



Fonte: REO IV 2009 e OE 2010

Apesar de se verificarem esforços por parte do Governo em continuar a alocação de recursos para estes sectores, a distribuição de recursos descrita pelo gráfico acima levanta questões pertinentes sobre a forma como os recursos são distribuídos para as grandes prioridades nacionais.

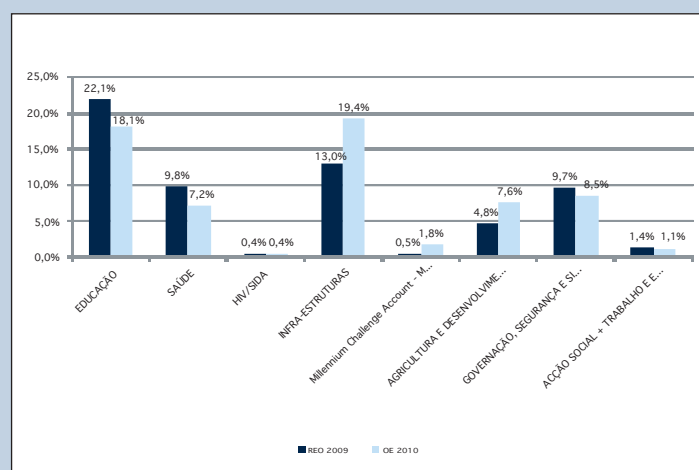
- Será que são adequadamente financiados os restantes sectores sociais chave?
- Será que o orçamento alocado ao sector de Agricultura e Desenvolvimento Rural é suficiente para responder às metas ambiciosas do Plano de Acção para a Produção de Alimentos com o objectivo de alcançar a auto-suficiência na produção de alimentos através da Revolução Verde até 2011?
- Será que a alocação de 7.6 por cento da despesa total ao sector de Agricultura e Desenvolvimento Rural é proporcional aos 80 por cento da população activa em Moçambique que se dedica as actividades deste sector e dele depende a sua subsistência?
- Será a alocação para o sector de Acção Social suficiente para satisfazer as metas do Plano de Acção para as Crianças Órfãs e Vulneráveis?

O Orçamento de Estado ainda não inclui informações detalhadas sobre o processo de financiamento destes planos de modo a clarificar e detalhar como é que o Governo se propõe responder à demanda nos sectores Sociais Prioritários.

COMPONENTE EXTERNA DO INVESTIMENTO

Continua a verificar-se uma mudança crescente na forma como os parceiros encararam a gestão dos fundos disponibilizados para apoio ao Governo. Por um lado, observa-se que os parceiros estão a transferir os seus fundos (anteriormente extra Orçamento) para o OE devido às facilidades introduzidas pelas

Figura 2: Despesa Total por Sector Prioritários – 2009 e 2010 (como % da despesa total)



reformas relacionadas com o Sistema Electrónico de Administração Financeira do Estado (e-SISTAFE) e as funcionalidades associadas ao uso da Conta Única do Tesouro (CUT).

Por outro lado, alguns parceiros estão a reduzir ou a retirar o seu apoio de alguns sectores importantes. Em 2010, por exemplo, esta situação é particularmente notória nos sectores de Educação e Saúde. Assim, continua a ser importante efectuar uma reflexão sobre estas questões e trabalhar com o Governo no sentido de encontrar espaço para que a componente interna de investimento possa contrabalançar a redução ou ausência de apoio externo. (Figura 4)

Aproximadamente 40 por cento da despesa pública é suportada por fundos externos e frequentemente estes fundos estão concentrados nos Sectores Sociais.

Uma situação crítica que se tem verificado é que, apesar dos fundos estarem a ser registados no OE, a execução dos mesmos tem sido muito reduzida. Por exemplo, o Relatório de Execução Orçamental (REO) de 2009 indica

que a execução orçamental da componente externa do investimento foi apenas de 65 por cento, o que significa que nem todos os objectivos planeados foram alcançados no final do ano.

Será que prevalecerá a mesma situação em 2010? Será que todos os fundos externos actualmente registados no OE serão executados? Será que todos estes fundos

foram tomados em consideração pelos sectores na sua planificação para 2010?

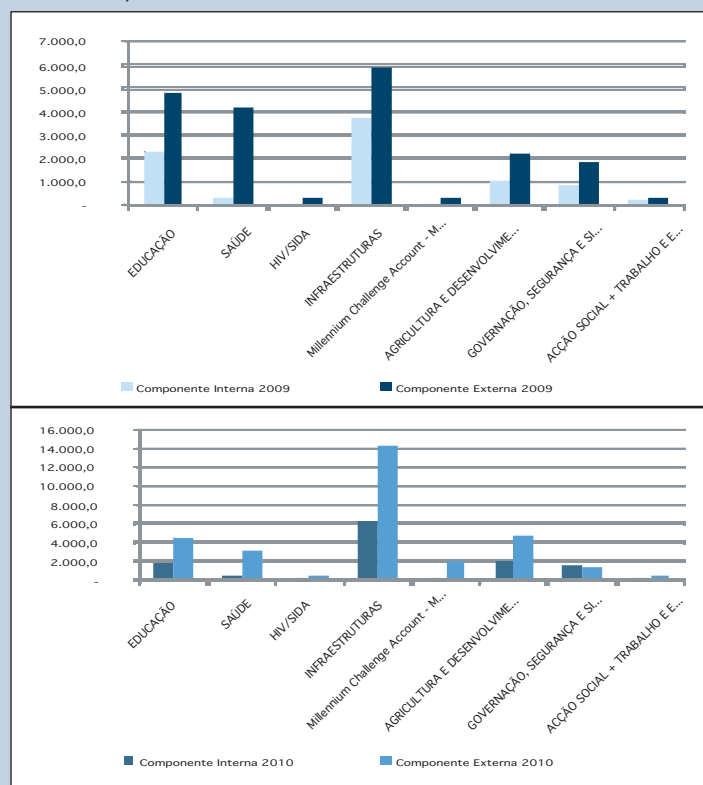
Será crucial que o Governo e os Parlamentares monitorem de perto esta situação durante o ano de 2010 bem assim como o seu respectivo impacto na realização das prioridades apontadas pelo Governo.

Figura 3: Tabela de Despesa Total Geral, Despesa Total nos Sectores Prioritários e Despesa por Sector (valores nominais e % em relação a total) – 2009 e 2010

DESCRIÇÃO	REO 2009				OE 2010			
	Funcionamento	Investimento		Total	Funcionamento	Investimento		Total
		Interno	Externo			Interno	Externo	
DESPESA TOTAL	49.569	13.293	21.962	84.825	62.172	20.791	35.014	117.977
DESPESA TOTAL EXCL. JUROS e OP.FINANCEIRAS	42.339	13.293	21.962	77.595	55.763	20.791	35.014	111.568
TOTAL DA DESPESA NOS SECTORES PRIORITÁRIOS	19.650	8.322	19.815	47.787	28.740,90	12.032,76	28.803,13	69.576,79
(em percentagem da despesa total)	39,6%	62,6%	90,2%	56,3%	46,2%	57,9%	82,3%	59,0%
(em percentagem da despesa total excluindo juros)	46,4%	62,6%	90,2%	61,6%	51,5%	57,9%	82,3%	62,4%
EDUCAÇÃO	10.108	2.240	4.773	17.121	13.911	1.722	4.548	20.181
SAÚDE	3.173	284	4.186	7.643	4.511	387	3.187	8.085
HIV/SIDA		59	261	320	0	67	432	499
INFRAESTRUTURAS	434	3.732	5.916	10.082	1.156	6.151	14.353	21.660
Millennium Challenge Account - Moçambique		27	324	350		20	1.993	2.014
AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL	488	985	2.220	3.692	1.824	1.928	4.713	8.464
GOVERNAÇÃO, SEGURANÇA E SISTEMA JUDICIAL	4.884	807	1.810	7.502	6.689	1.583	1.224	9.496
ACÇÃO SOCIAL + TRABALHO e EMPREGO	563	189	326	1.078	650	194	347	1.192
<i>Como percentagem da despesa total excluindo juros da dívida</i>								
EDUCAÇÃO	23,9%	16,9%	21,7%	22,1%	24,9%	8,3%	13,0%	18,1%
SAÚDE	7,5%	2,1%	19,1%	9,8%	8,1%	1,9%	9,1%	7,2%
HIV/SIDA	0,0%	0,4%	1,2%	0,4%	0,0%	0,3%	1,2%	0,4%
INFRAESTRUTURAS	1,0%	28,1%	26,9%	13,0%	2,1%	29,6%	41,0%	19,4%
Millennium Challenge Account - Moçambique	0,0%	0,2%	1,5%	0,5%	0,0%	0,1%	5,7%	1,8%
AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL	1,2%	7,4%	10,1%	4,8%	3,3%	9,3%	13,5%	7,6%
GOVERNAÇÃO, SEGURANÇA E SISTEMA JUDICIAL	11,5%	6,1%	8,2%	9,7%	12,0%	7,6%	3,5%	8,5%
ACÇÃO SOCIAL + TRABALHO e EMPREGO	1,3%	1,4%	1,5%	1,4%	1,2%	0,9%	1,0%	1,1%

Fonte: MdF \ DNO, OE 2010

Figura 4: Despesa de Investimento (Componente Interna e Externa) – 2009 e 2010



Nota:

- (i) A alocação no Sector de Saúde inclui a alocação para o Conselho Nacional de Combate ao SIDA (CNCS).
- (ii) A alocação no Sector de Infra-estruturas inclui Energia e Recursos Minerais, Estradas, e Água.
- (iii) A Classificação do OE não permite diferenciar a alocação que vai para o Subsector de Obras Públicas da alocação que vai para o Subsector de Água & Saneamento. Com isso, a alocação para o Sector de Obras Públicas e Água & Saneamento inclui o Subsector de Águas (que integra os seguintes órgãos: Administração Regional das Águas do Sul, Fundo de Investimento e Património do Abastecimento de Água, Conselho de Regulação de Abastecimento de Água e Administração Regional das Águas do Centro) e o Subsector de Obras Públicas (que integra o Ministério das Obras Públicas e Habitação, as Direcções Provinciais das Obras Públicas e Habitação, a Administração do Parque Imobiliário do Estado, as Delegações da Administração do Parque Imobiliário do Estado e o Laboratório de Engenharia Civil).
- (iv) O Sector de Acção Social inclui o Ministério da Mulher e Acção Social (MMAS), as Direcções Provinciais da Mulher e Acção Social, o Instituto Nacional de Acção Social (INAS), as Delegações Provinciais do INAS, o Ministério dos Antigos Combatentes, as Direcções Provinciais dos Antigos Combatentes e os Programas de Protecção Social do INAS. Inclui também as instituições relacionadas com Emprego e Trabalho.

A informação contida neste informe foi retirada da Proposta de OE para 2010 submetida pelo Governo de Moçambique à Assembleia da República em Março de 2010 e por esta aprovada. Foram analisados o Documento de Fundamentação, a Proposta de Lei Orçamental e os Mapas Anexos.

Fonte: REO IV 2009 e OE 2010



Av. 25 de Setembro, Edifício Times Square,
Bloco 2, nr. 12504 • Maputo, Moçambique
Tel. +258 21 355300
Website: www.fdc.org.mz



Av. do Zimbabwe nr. 1440
Maputo, Moçambique
Tel. +258 21 481100
Website: www.unicef.org/mozambique